

6

Iluminismo (séculos 17 e 18): práticas tradutórias na Inglaterra e na França

6.1

Contextualização

O desenvolvimento intelectual da Renascença, que originou idéias de liberdade política e econômica defendidas pela burguesia, conheceu um amplo florescimento no “Iluminismo”, movimento cultural que se sobressaiu particularmente na Inglaterra, Holanda e França nos séculos 17 e 18. Filósofos e economistas que difundiam essas idéias julgavam-se propagadores da luz, do conhecimento, daí serem chamados de “iluministas”.

Esse movimento trouxe grandes avanços e, juntamente com a Revolução Industrial, abriu espaço para a Revolução Francesa em 1789 e para a Revolução Americana em 1775. Antes disso, a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, já havia sido resultado das idéias de liberdade iniciadas na Renascença. Os iluministas em geral acreditavam que todos os homens eram iguais e pregavam uma transformação da sociedade a fim de que todos tivessem direito à liberdade de expressão e de culto. Além disso, eles negavam a necessidade de mediação da Igreja entre o homem e Deus e defendiam a separação entre o Estado e a Igreja. As principais características do Iluminismo são a valorização da razão, do questionamento, da investigação; a crítica ao absolutismo e aos privilégios da nobreza e do clero; a defesa da liberdade política e econômica e da igualdade de todos perante a lei; a crítica à Igreja Católica, embora não se excluísse a crença em Deus.

6.2

A tradução na Inglaterra na época augustana: final do século 17 ao final do 18

A Inglaterra dos séculos 17 e 18 experimentou um crescimento econômico que favoreceu seu desenvolvimento como nação. A cultura nacional foi revitalizada com a introdução de modelos estrangeiros (ver Milton, 1998: 250).

No século 17 os ingleses empreenderam suas primeiras tentativas de desenvolver uma teorização da tradução. Já que à época esse tipo de discussão era ainda embrionária, os comentários sobre tradução eram muito contraditórios. É possível conferir as contradições em considerações feitas por tradutores importantes desse tempo, tais como George Chapman (1559/60-1634), *sir* John Denham (1615-1669), John Dryden (1631-1700), Alexander Pope (1688-1744) e Alexander Tytler (1747-1813).

Várias características foram indicadas como fundamentais à atividade de tradução, tais como a “sensibilidade ao estilo e ao ‘espírito’ do original”, enfatizadas por George Chapman, e a preservação da “chama” (*flame*) e do “fogo” (*fire*) do original, termos usados por *sir* John Denham e Alexander Pope, respectivamente. Quanto ao foco das traduções, este deveria ser o leitor, respeitando-se, contudo, o autor. O tradutor deveria ser sensível a cada autor que traduzia e ter grande afinidade com ele exatamente para conseguir capturar esse “fogo”, essa “chama” e esse “espírito” do original. Alexander Tytler dizia que “o tradutor deve adotar a própria alma do autor” (Milton, 1998: 42).

Apesar de os escritos sobre tradução ressaltarem que os tradutores dessa época não consideravam “sagrado” o original, é possível observar nos comentários acima uma tensão entre uma espécie de sacralização do original – na medida em que havia uma acentuada preocupação com o autor e com a preservação do estilo do original –, e uma necessidade de naturalização do texto, ou seja, de se fazer uma tradução identificada com a cultura de chegada, uma tradução, portanto, focada no leitor. Denham disse, por exemplo, que apresentou um Virgílio “naturalizado inglês”, mas, por outro lado, afirmou não ter “violent[ado] o seu sentido de modo a fazê-lo parecer meu e não seu” (*apud* Frota,

2000: 101). Essa afirmação exemplifica bem a contradição ou tensão a que me referi acima.

Tal maneira de traduzir foi seguida pelos tradutores da época conhecida como augustana, período que se estende do final do século 17 ao final do século 18. Como já visto, eles diziam não considerarem “sagrado” o texto original, ainda que buscassem aproximar seu estilo o máximo possível do estilo do autor com vistas a preservar a “vitalidade do original”. Para tal, consideravam necessário, às vezes, acrescentar algo de si na tradução. Havia um consenso entre os tradutores de que a tradução palavra-por-palavra impediria a fluência do texto de chegada; impediria que o leitor chegasse ao “núcleo” do original. Eles recomendavam uma “certa quantidade de alteração e omissão [...], em geral quando o autor não obedec[ia] às idéias [augustanas] de bom gosto”. (Milton, 1998: 41). Apesar disso, aconselhavam cuidado para não mudar “o significado dado pelo autor” (*ibidem*, p. 27) e criticavam tradutores como Perrot d’Ablancourt, por exemplo, conhecido pela extrema liberdade que se concedia para modificar o texto original.

Novamente aqui é possível enxergar a tensão a que já me referi: os tradutores não sacralizavam o original, mas consideravam importante preservar seu estilo e significado, ao mesmo tempo em que focalizavam o leitor; orientavam-se pela tradução sentido-por-sentido, mas recomendavam a alteração e a omissão, características da imitação. Assim, valiam-se de recursos desse tipo de prática tradutória, mas criticavam tradutores que modificavam muito o original, como d’Ablancourt.

Durante a época augustana, a sociedade inglesa modelou-se por valores clássicos, e a maioria das figuras literárias mais importantes traduziu os clássicos. É a época das mais famosas traduções para o inglês: a *Ilíada* de Homero, traduzida por Alexander Pope, e a *Eneida* de Virgílio, traduzida por John Dryden. Estes dois autores, além dos já mencionados George Chapman, *sir* John Denham e Alexander Tytler, são nomes muito importantes na história inglesa da prática tradutória e de seus comentários. Por essa razão, faz-se necessária uma breve apresentação do que comentavam acerca de seu ofício para o entendimento da prática tradutória nesse período.

O importante tradutor e poeta *sir* John Denham (1615-1669) advertia quanto aos perigos da tradução palavra-por-palavra em poesia. Ele dizia que “a tradução literal [palavra-por-palavra] deixa[va] de conter qualquer tipo de ‘vital

calor’ e assim não pod[ia] restaurar o ‘espírito vital’” (Milton, 1998: 23). Segundo Denham, o tradutor não devia traduzir poesia “de uma língua para outra, mas poesia em poesia e a poesia é de um espírito tão sutil que, ao se derramar de uma língua para outra, tudo se evapora; e, se um *novo espírito* não for acrescentado na transfusão, nada restará a não ser um *caput mortuum*” (*ibidem*, grifos meus). Para ele, o uso de uma linguagem contemporânea ao tradutor deveria ser preferido, em detrimento de arcaísmos. Era a idéia, bastante presente à época, de fazer do autor clássico um contemporâneo do tradutor.

Outro nome de grande relevo, e talvez o maior deles, foi John Dryden (1631-1700). Quase metade de sua obra consiste em traduções prefaciadas por seus comentários a respeito da tradução. Dryden criou uma tipologia para essa atividade: a *metáfrase*, a *paráfrase* e a *imitação*. A *metáfrase* era a tradução palavra-por-palavra. A *paráfrase*, a tradução na qual o “autor é mantido ao alcance dos nossos olhos... porém suas palavras não são seguidas tão estritamente quanto seu sentido, que também pode ser ampliado, mas não alterado” (*apud* Milton, 1998: 27). A *imitação*, finalmente, era aquela em que “o tradutor (se é que já não perdeu esse nome) assume a liberdade, não somente de variar as palavras e o sentido, mas de abandoná-los quando achar oportuno, retirando somente a idéia geral do original, atuando de maneira livre a seu bel-prazer”⁶ (*ibidem*).

Acerca do primeiro tipo, a *metáfrase*, Dryden afirmava ser ela quase impossível. Considerava extremamente difícil encontrar equivalências entre as palavras do inglês e o denso vocabulário do latim. A respeito do último tipo, a *imitação*, ele alegava, como já dito mais acima, que o tradutor que optava por ele talvez nem devesse ser chamado de tradutor. Dryden preferia o segundo tipo, a *paráfrase*, afirmando que o tradutor devia aproximar o seu estilo do estilo do original, e que o sentido não devia ser alterado. Além disso, era contra a omissão de trechos do original. Todavia, no decorrer de sua carreira, ele começou a desprezar alguns de seus próprios princípios, explicando que quando fez acréscimos, foi para explicar, e quando omitiu, o fez porque a beleza do grego ou do latim não podia ser transposta para o inglês:

Devo reconhecer que muitas vezes ultrapassei meu limite, pois não só fiz acréscimos como também omiti e até mesmo fiz algumas vezes, muito audaciosamente, elucidações de meus autores que nenhum comentarista holandês perdoaria. (*ibid*)

⁶ Veja-se que essa tipologia mantém-se até homem sendo justamente a que adoto nesta dissertação.

Para o poeta Alexander Pope (1688-1744), o mais importante era manter o “fogo” do original. Recomendava que a tradução fosse a mais exata possível, mas afirmava que tanto a *paráfrase* (tradução sentido-por-sentido) quanto uma tradução *servil* (palavra-por-palavra) fariam com que o “espírito do autor” se perdesse:

It is certain no literal translation can be just to an excellent original in a superior language; but it is a great mistake to imagine (as many have done) that a rash paraphrase can make amends for this defect. (Robinson, 2002: 193)

Finalmente, o tradutor Alexander Fraser Tytler (1747-1813) – que concebeu três princípios básicos que definem a boa tradução – foi o primeiro tradutor a dedicar-se a construir uma obra sobre a tradução, *Essay on the principles of translation*, publicado em 1790.

- 1) a tradução deve reproduzir em sua totalidade a idéia do texto original;
- 2) o estilo da tradução deve ser o mesmo do original; e
- 3) a tradução deve ter toda a fluência e a naturalidade do texto original (Arrojo, 2000 [1986]: 13)

Embora concordasse com acréscimos e omissões, Tytler defendia a cautela no uso dessas estratégias. Para ele, se o tradutor alterasse muito o texto poderia sacrificar o sentido ou a forma do original (ver Milton, 1998: 37-39).

Na Inglaterra, o objetivo principal da tradução nos séculos 17 e 18 continuava sendo o enriquecimento de sua língua e de sua cultura. Os ingleses consideravam sua língua inferior ao latim e pretendiam, através da tradução, elevar o seu *status*. As influências estrangeiras enriqueceram a língua e estimularam a necessidade de um idioma verdadeiramente nacional, contribuindo para que a Inglaterra firmasse uma identidade cultural própria. Naturalmente, nesse e em outro tempo qualquer, a tradução não foi uma atividade isolada do amplo e complexo processo político, econômico e cultural de uma época. Os tradutores ingleses desse período “submetiam o texto estrangeiro a um processo de naturalização, identificando-o, na verdade, com determinada cultura e situação social, com um interesse político particular, com certo padrão literário e estilo de linguagem” (Frota, 2000: 100)

Como já sublinhado, na era augustana predominava o desejo de agradar o público-leitor, daí o uso do inglês contemporâneo na maior parte das traduções. Os tradutores tornavam-se tão dependentes do leitor que, em alguns casos, suas traduções tinham um estilo um tanto comercial. O argumento que utilizavam em sua defesa era o de que o objetivo do escritor é ser lido.

Em suma, nos registros da prática tradutória desse período percebe-se uma certa tensão: se por um lado é possível identificar uma prática tradutória, e sobretudo um discurso, que se caracterizava pela tradução sentido-por-sentido, por outro havia também fortes sinais da imitação, já que os tradutores valiam-se de certa quantidade de acréscimos, de omissões e de alterações, estratégias características dessa prática, razão pela qual foram até mesmo chamados de “libertinos”.

6.3

A prática tradutória na França: séculos 17 e 18

Na França do século 17, mantido o objetivo de enriquecer a língua e fixá-la como elemento da cultura nacional, era importante dotar o vernáculo de características retóricas próprias de sua cultura. Além disso, o tradutor passou a funcionar como um crítico em relação ao texto-fonte: podia julgar, condenar, corrigir, inclusive os importantes autores da Antigüidade Clássica, usando como justificativa o argumento das diferenças culturais existentes entre as sociedades. Esse procedimento distanciava-se enormemente da humildade confessa dos tradutores da Idade Média e mesmo do Renascimento, que não negavam a soberania dos textos-fonte.

Durante esse período, escritores e gramático-tradutores como Malherbe, Vangelas e Chapelain desempenharam um importante papel, juntamente com os salões literários e a Académie Française. Essa Academia, cuja criação foi sugerida pelo cardeal Richelieu (1585-1642), foi fundada pelo rei Luis XVIII em 1635 e representou uma forma de controle sobre o grupo de escritores que se reunia, até então, na residência de Valentin Conrart (1603-75).

Os tradutores participavam das reuniões da Academia e certamente foram influenciados por Conrart, primeiro secretário, para quem a tradução constituía oportunidade de oferecer uma referência de qualidade textual aos escritores (ver

Deslile e Woodsworth, 1998: 52). A Academia Francesa dominou a prática tradutória até que, por volta de 1660, os tradutores de Port Royal se fizeram notar. A Bíblia de Port Royal, cujo principal tradutor foi Le Maître de Sacy, teve sua primeira publicação em 1667 e obteve tanto êxito que foi reeditada em 1990.

A Académie representou o ponto alto da sedimentação da língua francesa e da libertação da produção intelectual do domínio da Igreja. Como outras instituições francesas do século 17, a Académie Française sobreviveu como centro de poder independente e sua autoridade raramente era contestada pelo Estado, a menos que atentasse vigorosamente contra esse poder.

A prática e a filosofia tradutórias de Nicolas Perrot d'Ablancourt (1606-1664), eleito para a Académie em 1637, marcaram sua época. Em seus prefácios, d'Ablancourt explicitava seu método de tradução: ele defendia a censura, os acréscimos, modificações ou modernização do texto em prol do gosto e das características culturais e lingüísticas franceses. Expressava também o anseio de fazer mais do que traduzir: desejava embelezar a língua. Suas traduções encantaram os leitores franceses.

Nos séculos 17 e 18, a prática tradutória francesa, ainda que com mudanças, continuava a se desenvolver conforme as preferências dos que a encomendavam. As investidas da França para dominar a Europa nesses séculos tiveram reflexo nas traduções francesas desse período, as quais se caracterizavam pela reverência à cultura francesa. O anseio do domínio francês sobre a Europa marcou fortemente o contexto cultural da França. Vários países europeus tiveram a França como paradigma de cultura.

Como dito mais acima, a prática tradutória francesa dos séculos 17 e 18 caracterizou-se pela utilização de acréscimos, alterações e omissões, com a finalidade de atingir a clareza de expressão, harmonia sonora e respeito à cultura e gosto franceses. D'Ablancourt e seus seguidores cultuavam o belo em suas traduções, atributo que, para ele, residia na clareza textual. O conceito francês de *belle infidèle*, que teve seu apogeu no século 17, está associado à filosofia e prática tradutórias de d'Ablancourt. Aliada ao culto ao belo advindo da clareza estava a idéia de que a língua francesa não era inferior às línguas grega e latina, “possuindo suas próprias qualidades e possibilidades de alcançar uma perfeição até maior do que a do latim e do grego” (Milton, 1998: 56). Essa concepção

provavelmente resultava do fato de a língua francesa ter atingido sua maturidade lingüística no decorrer do século 17.

A tradução deveria proporcionar ao leitor impressão semelhante àquela supostamente proporcionada pelo original aos leitores da cultura de partida. Nesse sentido, tanto a tradução palavra-por-palavra quanto a tradução sentido-por-sentido deveriam ser evitadas. D’Ablancourt muitas vezes defendeu que referências menos “civilizadas” – tais como a embriaguez, o estupro, as práticas homossexuais e o adultério – nos textos clássicos deveriam ser eufemizadas. Os costumes greco-romanos antigos precisavam sofrer adequações para se integrarem à alta sociedade francesa e o comportamento dos personagens deveria ser compatível com suas posições sociais. Essas considerações exemplificam a adaptação dos clássicos ao gosto e cultura franceses nos séculos 17 e 18 e mostram o quanto a tradução sempre manteve uma estreita relação com o contexto político dominante, na medida em que ela expressa o mesmo anseio de poder – no caso, poder intelectual.

Em suma, a prática tradutória francesa nos séculos 17 e 18 caracterizou-se pela imitação, sendo portanto as estratégias mais utilizadas as omissões, os acréscimos, as alterações e as modernizações do texto-fonte em prol do gosto francês. Como a França, nesse período, tinha por objetivo político a dominação cultural e intelectual da Europa, a atividade de tradução não pode ser pensada desvinculadas desse interesse.